

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Antes, porém, sem prejuízo da fala do deputado Neodi Saretta, com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de pedir licença ao Parlamento para comunicar que hoje está acontecendo um evento muito interessante no auditório da Fecesc, tratando da capacitação voltada para jovens negros empreendedores.

Então, que esta Casa possa também acompanhar essa iniciativa do nosso grande Nogueira que já teve um papel de protagonismo nacional com outros temas e agora traz aqui essa experiência. Já peço licença antecipadamente, pois logo mais me dirigirei para lá representando a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito bem, nobre deputada, v.exa. poderá representar esta Casa, neste encontro.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Aqui nesta Casa, nós já debatemos por diversas ocasiões as questões relacionadas ao direito do consumidor, especialmente da telefonia, do fornecimento de água e do fornecimento de energia elétrica.

Tivemos, inclusive, até uma CPI a respeito da telefonia. Hoje são empresas que lideram realmente as reclamações em termos de desrespeito aos direitos dos consumidores.

E tem um dado preocupante. Normalmente, se pegarmos uma empresa desta natureza, por exemplo, a telefonia, não tem a quem se dirigir fisicamente. Dirige-se a um *call center* onde dão um protocolo que depois parece não existir mais. E o controle disso, por parte do consumidor, acaba se tornando difícil. Às vezes, é um verdadeiro sacrifício buscar os seus direitos.

Para tentar fechar ainda mais esse cerco que nós temos que fazer a estas operadoras de serviço, permissionárias e concessionárias, para que elas de fato garantam o direito dos consumidores, de entrada, nesta semana, nesta Assembleia Legislativa, a mais um projeto de lei, neste caso tornando obrigatória a inserção de protocolos referentes às reclamações, solicitações de serviço e informações, nas faturas de água, luz e telefone no estado de Santa Catarina.

De antemão, já quero falar que não há nenhum custo para o estado, para que não haja depois uma discussão de possível inconstitucionalidade. Não

há para as próprias empresas nenhum custo adicional, a não ser um esclarecimento de um direito do consumidor.

Aqueles números de protocolos de reclamações efetuados que os atendentes, às vezes, falam para a pessoa anotar na hora e precisamos ser muito ágeis para conseguir copiar. Esse número deverá, por esse projeto de lei, se aprovado, obrigatoriamente constar na fatura de energia elétrica ou do telefone ou de água daquele mês para que o consumidor possa ter esse número e reportar ao mesmo, fazer o acompanhamento e, inclusive, para ter prova que efetivamente fez a reclamação.

Portanto, esse número de protocolo a que me refiro nesse projeto de lei deve ser atribuído a toda solicitação realizada ao Serviço de Atendimento ao Consumidor por meio de telefone, site ou por correio eletrônico e constar na fatura.

Esta ação, sr. presidente, srs. deputados creio ser importante porque precisamos, cada vez mais, cercar aqueles que não cumprem os direitos do consumidor possam estar cientes dessas responsabilidades e minimizar o sofrimento.

Eu tenho usado uma expressão com frequência: o povo sofre, e o povo sofre mesmo! Sofre quando vai a esses locais que não têm atendimento, sofre quando fica às vezes dez, 15, 20 minutos ou até uma hora num *call center*, sofre quando a ligação depois de muito sacrifício é completada, quando se está conversando de repente a ligação cai, sofre para fazer uma nova ligação, sofre porque o atendente já não é mais o mesmo e tem que repetir.

Então, temos que encontrar mecanismos e formas de proteção ao consumidor para minimizar esse sofrimento, para facilitar a vida das pessoas, e esse projeto de lei com certeza é mais um instrumento de auxílio aos consumidores de energia elétrica, de água e de telefone.

Por isso, já de antemão, peço aos srs. deputados atenção na tramitação desse projeto e o apoio para a sua aprovação.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero registrar que no próximo sábado, dia 15, a Assembleia de Deus completa os seus 83 anos de caminhada em Santa Catarina. Começou em Itajaí. E queremos ratificar os votos de sucesso ao comando, na pessoa do pastor Ceno Ohlweiler, aos milhares de membros dessa denominação. E aproveito para também transmitir um abraço fraterno ao meu pai, que nasceu no mesmo dia, 15 de março de 1931, que foi menino de rua, órfão, superando tudo isso. Ainda está com muita vitalidade aos 83 anos e dando-nos alegria, o pastor Nirton dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Feito o registro. Faço minhas as suas palavras com relação aos 83 anos da Igreja, bem como do pastor Nirton dos Santos.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero também cumprimentar o deputado Ismael dos Santos e parabenizar o pastor Nirton dos Santos pelos seus 83 anos, desejando felicidades e que a saúde lhe eternize pelo trabalho que tem executado.

Na segunda-feira estivemos na cidade de Aurora, do alto vale, que está comemorando 50 anos. Foi lançado o selo dos 50 anos, que diz: Aurora de todos os tempos. Estivemos com o vice-prefeito Nicolau, que está como prefeito interino no momento. Fomos lá prestigiar esse ato importante de comemoração da cidade.

Ontem aqui passamos um dia impar. Infelizmente não temos ninguém do PMDB no plenário, mas sobre o projeto dos cartórios a nossa bancada tomou uma posição favorável em decorrência de uma análise feita pela assessoria. Eu segui o voto de bancada, mas acho que precisa ser mais bem analisado e refletido, primeiramente porque as emendas que

foram feitas ao projeto foram do líder de governo. E, no final do ano, vem aquele monte de projetos, mais de 100 projetos, para se aprovar no afogadilho. Se a procedência é do Ministério Público, do Tribunal de Justiça todo mundo se esconde para não refletir o conteúdo e não se mexe em nada. Mas, nesse casualmente fez-se emenda, o líder do governo apresentou emendas, e o governo vetou as emendas feitas. Depois, em conversa com a nossa bancada, o deputado Neodi Saretta disse que o projeto inicial, o que foi apresentado inicialmente e que foi aprovado nas comissões, que era o projeto que eu tinha conhecimento, era um bom projeto.

Eu não tinha me atido às emendas que tinham sido feitas. E confesso que votei achando que era o projeto original. No entanto, o que mais nos confunde é quando se fala de aprovação de projeto, da constitucionalidade ou inconstitucionalidade. E ontem deixamos de derrubar veto, faltando um ou dois votos apenas em projeto que não tem reflexo econômico algum para o Executivo, mas que teria reflexo social para o povo catarinense, como o projeto da deputada Ana Paula Lima, que foi apresentado ontem. E esse veto nós não derrubamos. E aí neste caso o líder do governo defendeu que não poderia derrubar o veto. No entanto, ele faz um projeto que o governo veta.

Então, há necessidade de uma reflexão realmente do nosso papel aqui, porque parece que é somente perfumaria, deputado Sargento Amauri Soares, nessa questão dos projetos. Essa Procuradoria Jurídica do estado não faz análise pragmática dos projetos que existem lá, que servem muitas vezes para resolver problemas da população catarinense. Então, quero deixar esse registro.

Segundo, estava vendo aqui que parece que o secretário de Saúde de Joinville andou caindo. Uma ação do Ministério Público para ele acabar com as filas. Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que já foi secretário de Saúde sabe das filas de ortopedia. Antes a culpa era toda do Carlito, mas parece que a fila continua, e não adianta, porque não se fabrica médico do dia para a noite.

Eu estive em Dionísio Cerqueira, duas semanas atrás, deputado, fui visitar a secretaria de Saúde. Deputado Dado Cherem que já foi secretário, v.exa. sabe o que é ver uma mãe com uma criança sair da cidade de Dionísio Cerqueira, levar 18 horas para vir fazer um ecocardiograma em Florianópolis, porque Chapecó não faz? Olha só o que significa isso: sair de Dionísio Cerqueira, há poucos quilômetros de Chapecó, com hospital regional e tudo, não tem lógica, sair lá do extremo oeste, divisa com Argentina, levar 18 horas de viagem e descobrir que ainda marcaram o exame errado, porque marcaram um eletrocardiograma, e assim tiveram que voltar e retornar em outra data.

Então, existem estruturas do estado que parece que não conhecem Santa Catarina depois da ponte, pois apenas estão aqui em Florianópolis. É essa saúde que estamos vendo, e não adianta responsabilizar somente o secretário lá, inclusive o atual secretário é de Joinville. E aí o Ministério Público vem agora, resolve e faz isso e, logicamente, que no nível de estresse que teve acabou levando com que o secretário renunciasse por ações públicas que acabam respondendo.

Então, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que vai ser prefeito de Joinville ainda, estou convencido de que é uma questão de tempo. Então, seja perseverante, pois assim fiz para ser prefeito de Rio do Sul. E na hora que chegar lá, com certeza, estará atento a essas questões, inclusive para fazer os embates com o Ministério Público, que se fazem necessários, como estamos fazendo em muitas das ações.

Nesse caso tínhamos que acionar o estado, não o município. Tinha que acionar era o secretário de Saúde do estado, o governador do estado. Joinville é a maior cidade e mesmo sendo na gestão plena tem corresponsabilidade.

Então, coloco essas questões porque acho que elas se tornam importantes. Estamos vendo lá em Brasília e reconheço, mesmo sendo do PT, que é um embate que gera certo desgaste entre a bancada do PMDB, o Blocão, o PT e o grupo do governo, em

decorrência de indicar ministros para lá e para cá. De certa maneira entendo a nossa presidente, pois o governo não pode ser um balcão de negociação de ministérios e cargos, mas ao mesmo tempo é importante ressaltar que não se governa sozinho. E acho que a nossa presidente Dilma Rousseff precisa colocar um pouquinho as sandálias da humildade, ter mais negociação, habilidade política, porque quando isso acontece logicamente o povo acaba sendo o prejudicado.

Por isso, é preciso pegar um pouquinho da experiência do nosso companheiro Lula que habilmente conduzia com maestria essa relação. Acho, sim, que os ministros que estão sendo chamados para ser ouvidos devem debater qualquer tema, devem discutir o destino da Petrobras, porque pelo menos hoje nesse governo isso é possível, se fosse no anterior, a Petrobras já teria sido vendida, os bancos também. E logicamente que não teríamos a estrutura de desenvolvimento que temos hoje.

Deputado Padre Pedro Baldissera e deputado Kennedy Nunes, aqui, nesta Casa, temos uma missão política, a missão de representação e a de construirmos uma harmonia para que se possibilite mudanças efetivas em diversas questões no estado de Santa Catarina, que são pautadas desde que aqui não sejamos simplesmente meros representantes submissos do povo e que não venhamos aqui simplesmente fazer de conta que vota e fazer perfumarias, a exemplo do que tivemos ontem aqui, quando tinha alguns vetos do governador que do ponto de vista de importância para a sociedade catarinense deveriam ter sido derrubados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência comunica que está acontecendo aqui no grande auditório da Casa, desde ontem, o evento *Global Methane Initiative*, realizado pela Fatma, com parceria desta Casa inclusive, que é muito interessante, pois trata sobre as boas

práticas na agropecuária, resíduos sólidos urbanos e esgotamento sanitário.

Agora, pela manhã, estão acontecendo discussões a respeito de inovações para o biogás como combustível veicular, inovações para o sistema biogás e também inovações para a aplicação do biogás. Logo depois teremos discussão de inovações das políticas para a agricultura, com dois estudos de caso. E à tarde teremos opções de financiamentos de projetos dessa questão. No final da tarde falaremos sobre a atualização do sistema do clima.

Este deputado aqui, representando a Casa, falará sobre a legislação estadual para dar uma segurança jurídica a essa questão de reciclagem do lixo e do biogás.

Também, quero fazer o registro da presença do meu amigo vereador, decano com sete mandatos, Roberto Bisoni, da cidade Joinville, na nossa Casa. Seja bem-vindo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu só quero que seja registrada a presença do prefeito do município de Belmonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria de cumprimentar v.exa., os demais pares deputados, a sra. deputada Ana Paula Lima, as demais autoridades que nos visitam, os servidores da Casa e os telespectadores da TVAL.

Volto a refletir nesta tribuna sobre um assunto que já comentei algumas vezes, ao longo de sete anos e dois meses, neste Parlamento.

Deputado Ismael dos Santos, v.exa. faz um trabalho excepcional, forte, na prevenção e combate ao uso de drogas. Inclusive foi criada

aqui, por sua influencia, uma comissão para debatermos esse assunto com o governo, com o Poder Executivo, reivindicando o fortalecimento de políticas públicas para esse assunto.

Já falei algumas vezes nesta tribuna sobre a falta de incentivo ao esporte amador.

Creio que todos nós deputados somos procurados para contribuir com uma vaquinha para ajudar as lideranças populares a comprar equipamentos básicos de esporte.

Vários policiais militares da ativa e da reserva se envolvem nas suas comunidades com a organização de crianças e adolescentes em práticas esportivas das mais diversas modalidades. Agora, a falta de incentivo para isso é um absurdo!

Li os relatórios anuais dos Tribunais de Conta, os orçamentos e as quantidades que foram gastas por dia nas secretarias, em todos os níveis, municipal, estadual e federal. E não entendo por que um deputado tem que contribuir com uma vaquinha que, inclusive, eleitoralmente é proibido, para comprar redes de voleibol e bolas de futebol. E uma bola de futebol custa R\$ 40.

Lideranças comunitárias organizam em torno do trabalho comunitário centenas de pessoas, quando não, milhares de pessoas, e não têm nada de incentivo, a não ser a contribuição das próprias famílias. E em muitas comunidades as famílias são carentes. E é exatamente nesses lugares que precisa ter mais incentivo, precisa apostar mais nessa direção, mas não tem.

Nós estamos acostumados a defender a necessidade de mais policiais, mais bombeiros, mais peritos, mais técnicos do Instituto-Geral de Perícias, mais agentes penitenciários, mais penitenciárias. E é verdade que precisamos de tudo isso. Mas termos mais policiais nas ruas já não é mais prevenção. Já é contenção.

Vamos prevenir o crime colocando a presença efetiva da Polícia Militar. Isso já não é prevenção, é no máximo uma prevenção imediata, isso já é contenção.

A sociedade que precisa de um policial em cada esquina para não acontecer crimes em cada esquina

todos os dias já está com problemas. E a forma de fazer prevenção efetiva em segurança é termos uma sociedade saudável, organizada. O que parte da necessidade de emprego digno, com salário compatível, com o bem viver, moradia digna, educação de qualidade para todos, cultura, esporte e lazer.

Estamos vendo na base da sociedade algo que me espanta, ou seja, sempre quando alguém vem com essa demanda de que não tem bolas para brincar com as criancinhas, para que elas se envolvam em uma atividade saudável e corram menos riscos de se envolverem com ilícitos, com drogas...

Sabemos que depois de a pessoa se viciar em drogas não retorna. Quero dizer que é possível retornar, mas é um imenso caminho de retorno que nunca termina para essa pessoa, porque vai ficar velho se policiando para não recair no vício.

Então, seria muito mais barato prevenir. Seria mais adequado e saudável prevenir.

Não estou dirigindo a nenhuma autoridade esse discurso, mas estou fazendo uma reflexão geral do conjunto da sociedade, nossa também, mas que não isenta as autoridades ou nós próprios, porque não estamos isentos.

Se temos que investir tanto em segurança pública e em mais penitenciárias, é justamente porque no passado se fez pouco nessa área da efetiva prevenção.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não! V.Exa. é autoridade neste assunto.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, parabéns pela forma como está fazendo esse pronunciamento. Nós da comissão de Combate às Drogas temos como eleitos cinco vetores: a reabilitação, a prevenção, a legislação, a repressão e a reabilitação ou a ressocialização, quando esse garoto sai de uma casa ou comunidade terapêutica. Mas não há dúvida de que a prevenção é a pérola de todo o processo, e v.exa. tem toda razão com relação à questão do lazer e esporte.

A Fesporte de Santa Catarina tem uma iniciativa tímida de sessão de bolas de vôlei, de handebol, de basquete, inclusive produzidas pelos presidiários. Mas imagine, deputado Sargento Amauri Soares, como uma associação de moradores, por exemplo, de Passo de Torres, para homenagear os meus deputados do sul do estado, vai ter acesso a esse Kit Bola da Fesporte.

Então, é preciso fomentar esse processo. E quero me alinhar ao seu discurso e dizer que de fato em 2014 a nossa comissão elegeu a prevenção como a tônica de toda a nossa atuação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos, o seu pronunciamento enriquece a nossa fala e a nossa reflexão sobre esse assunto.

Também considero da mesma forma iniciativas tímidas. Existem iniciativas e fala-se nelas, mas precisaria ter mais recursos e conseguir chegar mais na linha de frente nos lugares mais periféricos, inclusive nas pequenas cidades. E v.exa. citou Passo de Torres, mas na minha pequena cidade de Imbuia, onde nasci, as drogas já chegaram, uma cidade com seis mil habitantes tem problemas com pessoas viciadas em drogas, crianças, jovens e adolescentes.

Então, é preciso que esse trabalho chegue mais à linha de frente. Portanto, concordo e agradeço a v.exa. pelo aparte.

Quero começar a fazer um contraponto ao pensamento geral que tem aparecido em diversos lugares, nos meios políticos, aqui neste Poder Legislativo, no Congresso Nacional também, assunto que tem repercutido muito nos meios de comunicação, mas quero fazer um contraponto e até combater a ideia que a violência no trânsito, na BR-101 especificamente, no Morro dos Cavalos ou naquela região, na cidade vizinha de Palhoça, é um problema provocado pelos índios.

Eu acho que se tem divergido sobre o assunto. Procurei um adversário que não é adversário, trazendo elementos ideológicos e talvez até raciais, um debate onde os índios também são

vítimas. Não são os índios que matam no Morro dos Cavalos. E nem são os índios que impedem qualquer obra naquela região, pelo contrário, em 2000, há quatorze anos, os índios já haviam chegado a um acordo para se fazer dois túneis. E eles não são contrários sequer à quarta pista, estão dizendo que querem que comece a construção dos túneis e que se faça a quarta pista como uma medida de emergência. Aí fazem todo um discurso de que os índios não querem que as pessoas parem de morrer no Morro dos Cavalos. Mas eles são vítimas também.

A quarta pista que considero necessária provavelmente vai suprimir o acostamento. E, com certeza, suprimir acostamento numa rodovia muito movimentada também não é uma medida de segurança. Vai diminuir só um pouco os engarrafamentos, pois a quarta pista não é sinônimo de segurança, aliás, existe acostamento nas rodovias porque é necessário para a segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência registra e parabeniza a fábrica GM Motors, de Joinville, que recebeu ontem uma certificação internacional concedida e certificada pela Leadership and Energy, com a categoria Gold.

Portanto, parabenizo o vice-presidente da GM do Brasil Marcos Munhoz e também o presidente da GM Brasil, Santiago Chamorro, que receberam a certificação ontem em Joinville como uma empresa sustentável.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença do nosso amigo vereador Roberto Ghizoni. Seja bem-vindo a esta Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero endossar as palavras do deputado Sargento Amauri Soares, quanto à importância do investimento no esporte amador, no apoio à nossa juventude. O estado e os municípios devem fazer isso da melhor maneira possível, pois é um investimento de suma importância para toda sociedade. É muito difícil encontrar pessoas ligadas à prática esportiva, principalmente jovens, que tenham problema com drogas.

Então, o esporte, além da dança, da cultura em geral, o envolvimento com o lazer, tem demonstrado ser um dos melhores caminhos para distanciar os jovens das drogas.

Há poucos dias acompanhei em São Miguel D'Oeste uma entidade que recebeu R\$ 20 mil para a compra de material esportivo, como bolas e camisetas, para a prática de basquete, e num ginásio de esporte estavam aproximadamente 200 crianças. Isso motiva os pais, a família, as crianças, enfim, toda a sociedade. E como é bonito esse trabalho.

Temos acompanhado várias iniciativas pelo estado de Santa Catarina sempre que possível incentivado, gerenciado junto ao governo do estado para investimentos e apoio para essas atividades.

É o caso da Abel, que é uma entidade de Brusque, que faz um trabalho maravilhoso na questão do voleibol com as nossas crianças. O técnico Moretto, o Luciano, toda a equipe está envolvida nesse trabalho de incentivo à prática esportiva.

Falei lá em São Miguel, deputado Ismael dos Santos, que nós vemos, às vezes, milhões aplicados e que não retornam com toda força para a sociedade. Mas também se vê um grupo de pais e professores como esse trabalhando, felizes com o recurso de R\$ 20 mil que o estado passou para proporcionar o seguimento daquelas atividades. Vejo que isso é importante, que tem que seguir. E o estado tem que continuar incentivando.

Eu queria também registrar um problema relatado por importadores do estado de Santa Catarina, principalmente do Porto Seco de Dionísio Cerqueira e até do Porto de Itajaí.

As mercadorias demoram mais de 60 dias para ser liberadas, então, o custo da estocagem, da manutenção dessas mercadorias, acaba sendo mais caro muitas vezes do que o próprio valor da mercadoria.

Outra dificuldade, outro problema enfrentado, diz respeito ao Ministério da Agricultura. E esses dias até ouvimos do governador Raimundo Colombo que o estado está fazendo um convênio para ajudar com pessoal, facilitando a liberação dessas mercadorias.

Um importador de produtos como trigo, farinha de trigo, leite - para ingressar e ter a liberação -, precisa que uma mostra seja encaminhada lá do Porto Seco de Dionísio Cerqueira para um laboratório em Florianópolis.

Tendo demorando 30 dias para a liberação, e como não ocorria, o importador entrou em contato com os servidores do ministério da Agricultura. A resposta deles foi que o produto - acho que é um quilo do produto que é separado para esse exame -, ainda não havia saído de lá porque o ministério da Agricultura não tinha os valores necessários para encaminhá-los até o laboratório em Florianópolis. Inclusive, o funcionário forneceu o telefone da superintendência, em Florianópolis, para entrar em contato, agilizando assim essa tramitação.

Vemos, assim, como a burocracia prejudica esse país, como prejudica a nossa economia. Os portos de Itajaí e São Francisco poderiam ser mais ágeis na liberação dos produtos, das mercadorias, e não o são em razão da burocracia, de detalhes pequenos da administração pública, que causam essa dificuldade.

Então, estamos oficiando a essas autoridades pedidos de informações e providências para que isso tudo seja agilizado. Infelizmente, este é um país muito amarrado pela burocracia.

Queria registrar, sr. presidente e srs. deputados, que ontem estivemos novamente em

Xanxerê, onde se realiza a Femi, Festa Estadual do Milho, um evento grandioso que demonstra o potencial econômico e agrícola daquela região. E em contraste com esse potencial que lá é demonstrado, temos o problema da BR-282, no trecho que corta Xanxerê, que está há mais de dois anos com as suas obras paralisadas.

A Câmara de Vereadores se mobilizou, fomos ao DNIT e recebemos informação de que em outubro do ano passado as obras seriam reiniciadas, mas até hoje estão paradas.

Temos algumas fotografias no painel sobre esse assunto. Nessa aí mostra a manifestação que está havendo. E quero dizer que já houve sessão na Câmara de Vereadores pedindo providências daquela obra, pois causam vários transtornos, inclusive acidentes.

Nessa outra foto vemos o perímetro urbano de Xanxerê, trajeto original do centro, onde agora foi feito um desvio. Logo adiante está o viaduto.

A respeito desse assunto a Câmara de Vereadores realizou uma audiência pública, mas infelizmente a obra está parada e nessa situação. Fomos ao DNIT, a pedido da comunidade, para uma mobilização. E estavam lá os deputados Gelson Merisio e João Rodrigues. É lamentável que isso esteja acontecendo.

A Câmara Municipal e a sociedade de Xanxerê estão mobilizadas. É importante que a Assembleia também apoie, no sentido de que se tenha uma solução para essa calamidade que o município de Xanxerê enfrenta.

Temos algumas questões de rodovias, mas esse problema é um exemplo do descaso para com o estado de Santa Catarina. Há dois anos que o viaduto, o trajeto, está parado no município de Xanxerê. E é importante que o superintendente do DNIT adote as providências necessárias para a solução dessa obra.

Então, é importante registrar que paralelamente ao trabalho com a sociedade estamos também em contato com a Credinorte, de Xanxerê, com o gerente, sr. Odir Marinho Filho, com o vereador Fernando Callfass que foi um dos

idealizadores do movimento pela Câmara de Vereadores, pedindo solução para esse problema, para que tenha efetivamente uma resposta.

Então, quero parabenizar a organização da Femi, a administração municipal, a Credinorte, o sistema Sicoob. Inclusive, no dia 2 de abril, terá uma homenagem de reconhecimento nesta Assembleia Legislativa.

Esperamos que as providências sejam tomadas a respeito desse problema e, talvez, com a exposição durante a Femi, em Xanxerê, tenhamos uma solução.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o líder do partido, deputado Valmir Comin, um dos nossos mais preparados parlamentares quando se trata de energia, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Presidente Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, eu conversava com o reitor Gildo Volpato, da nossa querida universidade do extremo sul, a Unesc, que cumpriu uma agenda importante nesta quarta-feira, em Brasília. Em pauta estavam dois assuntos de interesse da instituição, que podem trazer resultados positivos para a comunidade: o credenciamento da Unesc como universidade comunitária e a reabertura do Proies - Programa de Estímulo à Reestruturação das Instituições de Ensino Superior.

Volpato protocolou o pedido de credenciamento da Unesc como Universidade Comunitária, conforme a exigência da Lei 12.881/13, a Lei das Comunitárias, junto ao MEC (Ministério da Educação). Apesar de a universidade atender os requisitos legais, a lei exige que seja formulado

um pedido formal de credenciamento. A Unesc está cumprindo essa formalidade, pois já há editais lançados pelos órgãos públicos com a finalidade de beneficiar as universidades comunitárias, como o ProExt (Programa de Extensão Universitária), explicou o reitor. O programa mencionado apóia instituições de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, ou seja, beneficiem diretamente a comunidade em que a universidade está inserida.

Quanto à reabertura do Proies, em 2013, a Unesc já fez a adesão, porém está em pauta para a aprovação na Câmara dos deputados a abertura do programa para as instituições que não aderiram à época. O reitor explicou que a principal mudança, e que afetará a Unesc, é que a presidenta reconheceu que tínhamos razão nas reivindicações que defendemos desde 2010 e agora propõe o reconhecimento legal dos recolhimentos de Impostos de Renda retidos na fonte realizados para a prefeitura municipal de Criciúma. Se aprovado, isso poderá gerar uma redução da dívida da Unesc com o fisco federal em até 70% do valor."

Isso, com certeza, traz um alento e segurança jurídica não apenas à universidade, porque abre um leque e uma esteira para que as demais universidades vinculadas ao sistema Acafe que são inseridas nesse critério e nesse contexto possam se beneficiar dessa legislação.

Sr. presidente, gostaria ainda de voltar ao discurso do deputado Sargento Amauri Soares proferido desta tribuna quando fala da questão dos índios do Morro dos Cavalos, os quais caracterizo basicamente como massa de manobra. O que falta, neste país, é pulso, comando.

E lembro-me do que ocorreu com o Gasbol - Gasoduto Brasil-Bolívia. O presidente da República Fernando Henrique da Silveira, convocou uma reunião com a Petrobrás, a Eletrobrás, e chamou todos os órgãos da instância de governo, deputado Silvio Dreveck. Convocou a presença do Ministério Público federal, dos mecanismos ambientais do país. Chamou Ongs, abriu o debate e disse o

seguinte: "Isso é uma questão de sobrevivência, de estratégia nacional, de condição e segurança jurídica para o desenvolvimento do país. Portanto, busquem um encaminhamento e um entendimento que possibilite a viabilidade da implementação do Gasbol, ligando o Brasil a Bolívia". E assim aconteceu, em tempo célere. Todos se uniram por uma causa. O governo capitaneou o processo, liderou a questão e em dois anos o Gasbol tornou-se uma realidade, trazendo segurança, apesar desse planejamento já estar defasado, porque já estamos com falta de gás no país. E temos inclusive empresas em Santa Catarina pagando multa para produzir.

Isso é o cúmulo! Isso é um absurdo! Por isso o que falta neste país é comando, é o fortalecimento das instituições. A verdadeira democracia somente se caracteriza fundamentada e consolidada através do fortalecimento das instituições, infelizmente a grande maioria delas vulnerável.

As agências reguladoras são um problema sério. É um total descaso à nação, onde só se busca o lixo financeiro, e o lado humano, o lado do reconhecimento do cidadão como ser não é reconhecido. Segurança jurídica se faz com comando, capitaneando o processo, e é isso que está faltando para o país. Essas mazelas de vão e vem em ONGs, com todo o respeito, porque precisamos saber respeitar isso, porque as questões ambientais precisam estar inseridas nesse contexto...

O projeto do Eike Batista no município de Biguaçu, que está gerando mais de cinco mil empregos no Rio de Janeiro, aqui não foi possível porque afetaria a questão dos golfinhos ou sei lá o quê. Quanto às colocações que eram feitas sobre os danos e os prejuízos de trazer um investimento dessa magnitude, prejuízo é não trazer.

Nós precisamos ter a consciência de que a prioridade número um é o ser humano paralelamente com as questões ambientais, evidentemente. É por essa razão que estamos nessa bagunça.

A BR-101 está atrasada até hoje, e sabe-se lá quantos anos ainda levarão para serem finalizadas essas obras.

Esse é o desabafo de alguém que percebe, infelizmente, que as coisas não caminham por falta de um comando forte, de um comando firme.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Bom-dia a todos os parlamentares, a todas as senhoras.

Quero comentar que o deputado Valmir Comin fez um desabafo sobre a questão da BR-101. Agora, imagino quantos desabafos este parlamentar vai ter que fazer com relação à BR-470. Mas espero que a presidente Dilma Rousseff tenha postura, tenha firmeza, tenha a atitude que todos nós esperamos dela, no sentido de fazer com que a burocracia do governo federal e de todo o país não atrapalhe a questão da duplicação da BR-470, como vem atrapalhando consequentemente de forma insistente sobre a questão da BR-101.

Quero dizer que acredito na firmeza e na determinação da presidente, mas essa minha crença tem que se transformar em ações concretas e em realidade. Espero que no caso da duplicação da BR-470 o quadro moroso, como está acontecendo hoje, que é lamentável a forma como a obra está acontecendo, seja mudada e que comece a ter mais celeridade e mais atitude eficaz do governo federal.

Espero não precisar fazer reclamações sobre a BR-470 durante este ano, como v.exa. está fazendo sobre a BR-101, porque acredito que é desejo da presidente fazer com que a obra tenha agilidade. Espero que os burocratas do governo, aqueles que exigem muitas e muitas vezes burocracias deem uma trégua ao governo federal, à presidente Dilma, para que a BR-470 saia do papel, porque é um sonho

de todos nós. Não é uma questão partidária, não é uma questão política, não é a obra do partido "A" nem do partido "C", é uma obra fundamental para as pessoas que pagam o imposto e que têm o direito de ter o seu imposto retribuído em obras tão importantes, como é o caso da duplicação da BR-470.

Quero, sr. presidente e srs. parlamentares, nesta manhã, fazer um agradecimento e o registro da oportunidade de ter participado no município de Lages da reunião da Associação Catarinense de Empresas de Florestais, quando conheci e convivi um pouco com o presidente da referida associação, sr. José Valmir Calori, juntamente com várias pessoas do setor, que inclusive estiveram aqui debatendo a questão do Código Florestal no ano passado.

Participamos do lançamento do Anuário Estatístico Florestal de Santa Catarina, material belíssimo, extremamente importante no sentido de informação, fornecendo subsídios para a população catarinense. E no lançamento desse anuário o presidente deixou muito clara a importância do setor florestal para Santa Catarina, para Brasil e o mundo. Assim, quero apenas ler dois trechos da carta do presidente, para que tenhamos noção concreta da importância desse setor para Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O setor de base florestal plantada do estado de Santa Catarina tem se destacado de maneira significativa nas últimas décadas. Abriga cerca de cinco mil empresas, as quais são responsáveis por gerar 90,6 mil empregos e que juntas contribuem com R\$ 1,63 bilhão para o valor bruto de produção da silvicultura de Santa Catarina.

Este anuário reúne informações que irão proporcionar o conhecimento das atividades desenvolvidas pelo setor de base florestal mundial, brasileiro e em Santa Catarina. Os resultados apresentados são uma consolidação de dados obtidos em diferentes fontes de informação disponibilizadas pelo setor público e privado."

Realmente, esse trabalho feito do anuário estatístico de base florestal é muito importante. E parabênizo o presidente dessa entidade, a ACR, por que é muito forte. Espero que o mesmo continue nos próximos anos. Mas quero sugerir ao presidente a constituição, nesta Casa, de uma frente parlamentar para defender esse trabalho de base feito pela silvicultura, algo muito importante, e que essa sugestão sirva para debater.

Também quero dizer que fiquei muito feliz em receber esse anuário, até porque quando um setor não se organiza, não tem informação para poder demonstrar o quanto ele ajuda na questão econômica, social e, neste caso específico, o quanto ajudou na questão da preservação do meio ambiente com reflorestamento, ele acaba não se valorizando e as pessoas não tendo conhecimento para valorizá-lo.

Então, esse trabalho é muito importante para que todos tenham conhecimento da força do setor florestal em Santa Catarina, mas não apenas a econômica, a geração de emprego, mas também a força do trabalho social, ambiental, preservação e ecológico dessas empresas, que é tão importante para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Com certeza, o setor florestal contribui muito para a questão da preservação ambiental no estado catarinense, até porque sempre digo que quem depende da terra, como o agricultor que extrai seu cultivo, seja milho, soja, arroz, qualquer produto, ele tem que cuidar bem da terra, e na questão florestal não deixa de ser diferente.

Essas empresas dependem da terra para sobreviver e, por isso, elas têm muito mais responsabilidade do que às vezes alguém que vive trancado num apartamento e não conhece as regiões agrícolas e florestais de Santa Catarina.

Portanto, esse setor tem muito a ganhar preservando o meio ambiente, as questões ecológicas, porque eles vivem da terra e da preservação para que possam realmente extrair a produção e o sobrevivo econômico.

Assim, parablenizo pelo anuário que é extremamente importante não apenas para o setor, mas para todo desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, o que me traz à tribuna é a minha preocupação sobre a greve dos Correios.

Deputada Ana Paula Lima, são quase 30 dias de greve dos Correios, o que está trazendo uma série de prejuízos a todo o Brasil. As prefeituras não conseguem entregar os carnês do IPTU, a população de uma maneira geral não recebe as contas para serem pagas e uma série de transtornos a todos os brasileiros.

Os Correios já foi referência nacional como uma empresa de maior credibilidade do Brasil. Lamentavelmente vivemos um momento de que não é bom para as estatais brasileiras. Preocupo-me, porque as estatais estão passando por momentos difíceis no governo do PT, um governo que defende a estatização, que foi contra a privatização de uma série de empresas nacionais.

Veja v.exa. que estou falando aqui a respeito dos Correios, mas não é só os Correios. A Petrobras, que também era uma referência nacional, uma das maiores indústrias, empresa de petróleo que é reconhecida mundialmente, com prestígio incrível, teve a sua desvalorização nesses dois últimos anos em quase 40%.

É um momento triste para a indústria de petróleo nacional. A Petrobras agora foi multada pela Receita Federal, deputado Kennedy Nunes, porque não paga Imposto de Renda, na ordem de R\$8 bilhões.

Recentemente o Congresso Nacional abriu um processo de investigação para investigar o aluguel de equipamentos entre o governo brasileiro e o governo holandês. E aí pergunto, recentemente descobrimos no Brasil poços de petróleo, o famoso pré-sal, que iriam resolver o problema não só da Petrobras, mas iria resolver o problema da Educação brasileira, quando um percentual desses recursos seria extraído do petróleo e destinado para a Educação e para a Saúde. O Congresso Nacional fez uma emenda destinando uma parte para a Saúde.

Então, nós nos preocupamos muito com isso. Sabemos como é que nasceu a Petrobras, nos anos de 1935, 1940, durante o governo de Getúlio Vargas. E aqui está o meu amigo Sargento Amauri Soares que é defensor intransigente do antigo PTB do Getúlio. Foi uma luta...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares (Intervindo) - Do governo Brizola.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Monteiro Lobato liderou aquele movimento, um escritor famoso que escrevia contos para as crianças. E hoje estamos vendo a Petrobras em uma situação totalmente, e para não exageramos, quase que falida. E isso nos preocupa. Não paga Imposto de Renda, deputada Ana Paula Lima. São oito bilhões de Imposto de Renda. Quem acreditou nas ações da Petrobras, assim como as pessoas acreditaram nas ações do Besc, também perderam os seus recursos. Durante anos economizaram para investir nessas ações da Petrobras e tiveram um prejuízo enorme. O pior é que não estamos vendo saída para a Petrobras a médio e longo prazo.

Os Correios passa por um momento muito complicado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado, v.exa. sempre foi muito gentil.

Concordo em parte com o seu pronunciamento. Mas no que diz respeito a nós deputados estaduais

eu acho que a sua preocupação, e temos que estar atentos, é a greve dos funcionários públicos estaduais da Fundação Catarinense de Educação Especial, dos policiais civis, que hoje estão parados, dos funcionários da Fatma que estiveram ontem na reunião da nossa comissão de Meio Ambiente e que não avançam no processo de negociação com o governo do estado. E eles vão parar.

As licenças ambientais estão se acumulando, e os empresários vão berrar. Então, temos que estar atentos a isso.

Deputado Edison Andrino, concordo em parte com o seu pronunciamento, mas temos que estar atentos ao governo do estado também, que está inoperante nas negociações com esses funcionários. E se esses funcionários pararem, principalmente os servidores da Fatma, os empresários vão sofrer muito, e as obras do Pacto por Santa Catarina também vão sofrer. E a nossa população não quer isso.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. teve a oportunidade de participar conosco ontem de uma reunião sobre a Fatma. E concordo com v.exa. quanto ao fato de que o governo tem que ouvir os funcionários, pois há uma discrepância muito grande dos salários de técnicos, de biólogos e profissionais da Fatma, como também de outros setores no nosso estado. Mas acho que tem que haver coerência no discurso.

Quanto à questão do piso salarial dos professores, Santa Catarina paga o piso, mas o governo do Rio Grande do Sul não paga o piso salarial para os seus professores.

Então, na realidade, as universidades federais passam por momentos complicados.

V.Exa. está defendendo os funcionários, e acho correto isso. Ontem, tive a oportunidade de ligar para a secretaria da Fazenda, para que houvesse sensibilidade e se discutisse a questão salarial da Fatma. Agora, temos que ter coerência no sentido de não ficar fazendo média.

A situação dos Correios é séria. Os Correios hoje passa por um momento complicadíssimo.

Eu falo muito com os carteiros, porque quando eu era deputado federal fiz um projeto de lei para que os carteiros recebessem insalubridade, porque eles vivem na chuva entregando cartas. Então, é um grupo profissional que tem que receber insalubridade pelas características da sua atividade profissional.

Tenho boa vinculação com os servidores dos Correios. Inclusive, os carteiros me procuram muito, deputada Ana Paula Lima, reclamando da situação que estão vivendo.

Na realidade o serviço público atualmente passa por dificuldades sérias, tanto os do nosso estado como os servidores do governo federal, e nós deputados, como representantes do povo, temos que pleitear para resolvermos problemas do nosso estado, mas também não podemos esquecer os funcionários federais.

Trago esse assunto hoje, porque esta semana eu já estava para me manifestar com relação à Petrobras que é uma preocupação de todos nós. E quem não se lembra, eu que sou um pouco mais velho, da luta histórica da Petrobras? Eu estava em Brasília quando se falava na privatização dos Correios. E sempre me manifestei contra essa privatização, como também da Vale do Rio Doce, da Petrobras que foi muito discutida. Agora o estado ficou cuidando e cuidou muito mal, deputada Ana Paula Lima, e pior, um governo de esquerda é contra a privatização.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Edison Andrino, o vice-presidente é do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sabe qual é o problema das estatais brasileiras hoje? Elas viraram cabides de emprego, onde se colocam nas estatais não técnicos profissionais gabaritados, mas se acerta a situação de um ou outro desempregado.

Quero, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, manifestar a minha contrariedade e a preocupação de como o governo federal administra

as estatais brasileiras, principalmente os Correios e a Petrobras.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Certamente concordo em parte com v.exa. Acho que a Petrobras está muito bem. E graças a Deus que ganhou o governo do PT, porque se fosse o PSDB, iria privatizar como privatizou a Vale do Rio Doce, os Correios. Iria privatizar a Caixa Econômica Federal. Mas as estatais estão bem.

Em algumas coisas concordo com os funcionários dos Correios, mas como deputados estaduais temos que nos ater aos problemas do estado de Santa Catarina, que são gravíssimos. V.Exa. sabe disso e concorda comigo em algumas situações, pois v.exa. sempre foi coerente, deputado Edison Andrino.

As questões federais nós podemos discutir, é claro, mas dizem respeito aos nossos deputados federais, aos nossos senadores, à bancada catarinense que tem 16 representantes no Congresso Nacional, pois eles é que devem fazer essa defesa. Nós temos que enxergar o que está perto, o que acontece no nosso estado, quais são os nossos problemas, que são graves. Também temos que pressionar o governador Raimundo Colombo para resolver os problemas de Santa Catarina. Queremos resolver lá, mas queremos também resolver aqui no estado, que são problemas emergentes.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa.

Srs. deputados, não vou defender o governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo porque tive problemas sérios em Brasília com o governo dele, mas quem está privatizando os portos e os aeroportos brasileiros, criando ONGs privadas para administrar os hospitais públicos no Brasil, é o governo do PT.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, é uma coisa que me preocupa. V.Exa. que é o deputado que defende aqui a estatização de quase tudo, e concordo em parte com v.exa., mas também discordo de outras, estamos surpresendidos com a situação

dos grandes aeroportos do Brasil, pois não é o governo federal que administra, é a iniciativa privada, são as grandes empresas privadas brasileiras que administram. E sabem por que o governo federal fez isso? Porque ele não achou condições, não teve competência para preparar essas infraestruturas para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas e resolveu jogar nas mãos da iniciativa privada.

Penso que estamos aqui para discutir, deputada Ana Paula Lima, temas de Santa Catarina, mas também os nacionais. Provavelmente tenha ficado um cacoete de deputado federal de ainda discutir essas questões, mas acho que também devemos abordar a situação da Petrobras, porque o problema afeta todos os brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima por até onze minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, com todo respeito que tenho pelo deputado Edison Andrino que foi um excelente deputado federal, tenho certeza que também vai se somar à luta que travamos para defender os funcionários públicos que estão passando por um momento difícil, precisando que as negociações caminhem urgentemente.

Ontem conversei com o secretário da Fazenda, como foi determinado na nossa reunião da comissão, e o secretário precisa posicionar esses funcionários sobre o percentual que dará em seus salários, o que estamos ansiosamente esperando. E o tempo urge, porque estamos num período de ano eleitoral, e essa medida provisória, conforme falou o secretário Gavazzoni, precisa vir para esta Casa para que possamos analisá-la.

Quero dizer também que é grave a situação da Fatma, como explanaram os funcionários na nossa reunião da comissão. De 510 cargos apenas pouco mais de 250 são ocupados. O estado prepara esses técnicos para depois terem oportunidade em outros órgãos federais ou em outros estados e municípios onde vão ganhar mais ou então estão perdendo bons técnicos aqui dentro, bons profissionais para a iniciativa privada. O problema é sério, e se o estado não resolver essa situação, ficará tudo mais difícil ainda. O secretário Gavazzoni e o negociador do estado sabem dessa preocupação.

O que me traz à tribuna é para falar sobre um assunto que os pessimistas de plantão adoram abordar. Temos um problema na BR-470, as obras sendo feitas, mas agora chegou no trecho que é um problema do estado, porque na margem da estrada passa o gás, e quem tem que fazer o seu realocamento é o governo do estado. E o governador Raimundo Colombo já está ciente dessa situação e até o momento não tomou nenhuma providência. Se não for feita a realocação do gasoduto, a obra não vai para frente, e precisa ser feita agora, principalmente nos trechos três e quatro, que vai de Gaspar a Indaial.

Espero que nesta Casa tenha deputados com coragem de, juntamente conosco do Fórum pela Duplicação da BR-470, exigir do governador do estado que seja feito o remanejamento do gasoduto.

Outro tema que me traz a esta tribuna no horário destinado aos Partidos Políticos, que realmente eu não gostaria mais de abordar, foram situações que se refletiram na minha cidade, nos oito anos do prefeito João Paulo Kleinübing, que foram marcados por muita corrupção e mau uso do dinheiro público na cidade de Blumenau.

No início da gestão do prefeito Napoleão Bernardes recebi um documento da prefeitura, que relatava as dívidas herdadas da administração Kleinübing. Afirmava a prefeitura que as dívidas somavam mais de 40 milhões. Isso relata o prefeito Napoleão Bernardes.

Diante dessa constatação, solicitamos, através de requerimento aprovado pelos senhores e pelas

senhoras, a realização, pelo Tribunal de Contas do Estado, de auditoria nas contas do município de Blumenau. Em maio e junho do ano de 2013, essa auditoria foi realizada e no mês passado nós tivemos acesso ao relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Na ocasião, srs. parlamentares, técnicos da Diretoria de Controle dos Municípios examinaram demonstrativos de contas e todos os empenhos feitos pela secretarias de abril a dezembro do ano 2012.

Como esperava, e isso nós já tínhamos conhecimento, só não tínhamos documentado e agora temos documentado pelo Tribunal de Contas do Estado, foram encontradas evidências gravíssimas de irregularidades na composição do ativo e do passivo financeiro das unidades auditadas.

O Tribunal de Contas do Estado constatou despesas líquidas, despesas pagas e não empenhadas, caracterizando afronta aos artigos 35, 2º, e 60 da Lei n. 4.320, no valor de 26,2 milhões. Deste montante, senhores parlamentares, 15 milhões se referem ao Fundo Municipal de Saúde, 9,3 milhões à Prefeitura Municipal, 1,4 milhões ao Samae, que é o Sistema de Água e Esgoto, e 380 mil ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Olhem o absurdo! O ex-prefeito Kleinübing autorizou e pagou R\$ 26 milhões em despesas que não estavam empenhadas. Isso é um crime, isso é ilegal.

Imaginem o que esse cidadão está fazendo no Badesc, senhores deputados! O que ele está fazendo no Badesc, governador Raimundo Colombo, se lá em Blumenau fez um horror durante oito anos na prefeitura. Foi corrupção, fez obra sem licitação e também pagou despesas que não estavam empenhadas.

Outra grave irregularidade - não sou eu quem está dizendo, tinha conhecimento, mas não tinha documentado - constatada pelo Tribunal de Contas foi que em vez de o Fundo Municipal de Saúde apresentar um superávit, conforme o gráfico, de 9,4 milhões, como havia declarado o prefeito

Kleinübing, apresentou um déficit na Saúde de 5,3 milhões. Isso caracteriza fraude contábil.

O mesmo ocorreu no âmbito da prefeitura municipal de Blumenau, na administração, onde em vez do déficit anunciado pelo Kleinübing, de nove milhões, foram 22 milhões de déficit. Assim como o Samae que, em vez de um superávit de 5,4 milhões, apresentou um déficit de 574 mil.

Essa fraude na contabilidade da cidade, nas contas da prefeitura, somadas a outras denúncias que constam no relatório do Tribunal de Contas do Estado, revelam os desmandos realizados contra a população da cidade de Blumenau.

Na sua conclusão, o Tribunal de Contas apontou para a existência de possíveis desvios de recursos resultantes de improbidades identificadas. Por fim, senhores deputados, todo esse descontrole orçamentário, administrativo e também financeiro, na gestão do ex-prefeito Kleinübing, pode ocultar gravíssimos desvios na conduta, como os expostos na Operação Tapete Negro que todos os senhores e senhoras conhecem, que a população catarinense conhece. Esse cidadão ainda está no Badesc. Imaginem o que ele está fazendo no Badesc.

A Operação Tapete Negro, srs. deputados, relativa ao período de 2006 a 2012, realizada pelo Ministério Público de Blumenau, completou seis anos, pois estamos em 2014, revelou na cidade de Blumenau um grande esquema de corrupção instalado na prefeitura, tendo como líder o ex-prefeito João Paulo Kleinübing. Foi um megasquema de corrupção na prefeitura, em que pode ter sido desviado cerca de R\$ 100 milhões, segundo o Ministério Público que fez todo esse estudo.

O Ministério Público ainda revelou uma ação pessoal do prefeito ordenando a fraude de licitação dos recursos do Badesc, deputado Jailson Lima. E quem é o presidente do Badesc? O ex-prefeito de Blumenau que desviou os recursos e fez obras em Blumenau, sem licitação, com o dinheiro do Badesc.

A Operação Tapete Negro, deputado Jailson Lima, gerou sete ações penais, e em seis dessas ações o ex-prefeito de Blumenau oferece como

denunciado e cinco vereadores da minha cidade foram cassados, flagrados na Operação Tapete Negro. Apesar do nosso apelo, o governador Raimundo Colombo continua deixando João Paulo Kleinübing como presidente do Badesc, ele que ordenou fraude em licitação, um absurdo inaceitável.

Questiono aqui, srs. deputados, os motivos pelos quais levaram o Ministério Público a não pedir o afastamento de João Paulo Kleinübing do Badesc! O cara que está sendo investigado, que desviou os recursos do Badesc quando fez as obras em Blumenau, agora é ordenador da despesa, presidente de um banco! Imaginem a situação!

Então, srs. deputados, diante do relatório do Tribunal de Contas solicitaremos ao Ministério Público Estadual, espero que o dr. Lio Marcos Marin faça alguma coisa, à Câmara Municipal de Blumenau, ao atual prefeito da cidade, Napoleão Bernardes, que deve ter conhecimento disso e deveria ter feito uma auditoria na prefeitura, mas não fez, à Controladoria-Geral da União, ao ministério da Saúde as providências cabíveis em relação às ações judiciais demandadas pela Operação Tapete Negro, como também pressionar a retirada do sigilo e a punição imediata dos envolvidos, dos culpados nessa rede de corrupção.

Srs. deputados, vi o documento, deputado Jailson Lima, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. E diante de tanta irregularidade da Operação Tapete Negro que o Ministério Público fez, ainda João Paulo Kleinübing é presidente do Badesc.

Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir a minha fala e dar também a oportunidade ao deputado Jailson Lima de se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Concedido.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois, não deputado.

O Sr. Deputado Jailson Lima - É importante o seu pronunciamento, deputada Ana Paula Lima,

porque isso mostra claramente dois pesos e duas medidas, principalmente quando é do PT a judicialização.

Está aí um exemplo claro de que fizeram com o companheiro Carlito Merss, na cidade de Joinville, que não foi para o segundo turno, pois estava condenado, cassado, e agora foi absolvido. Olha o preço disso!

O que fizeram com o deputado Volnei Morastoni na sua reeleição em Itajaí? Esse dinheiro do Badesc, diga-se de passagem, é um dinheiro do BNDES, que veio para ser aplicado. São recursos federais.

Então, é importante o seu pronunciamento, a sua postura. E esperamos, sim, que este Ministério Público trate de acordar e olhar tudo de forma igual e não apenas de forma diferente, inclusive olhar lá dentro o que fazem.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado Jailson Lima. Realmente Blumenau precisa ser resolvida urgentemente, e que o governador Raimundo Colombo tenha a sensibilidade e a clareza de retirar esse cidadão desse banco tão importante para o estado de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com o meu respeito, registro a presença do ex-presidente desta Casa, decano e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, o sempre deputado Gilson dos Santos. Obrigado pela sua presença.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero hoje, ao cumprimentar o novo secretário da Assistência Social, deputado e médico, dr. Jorge Teixeira, que muito bem vai representar o governo naquela secretaria, também quero fazer um pronunciamento dirigido às ações da Assistência Social voltadas principalmente para este Parlamento, para cada um dos deputados, para o Tribunal de Contas, para o Tribunal de Justiça,

para o Governo e para todas as pessoas que pagam imposto de renda e que neste momento podem dar uma grande contribuição à sociedade.

No ano passado, na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - e estamos falando da defesa dos direitos principalmente de todas as crianças e não apenas daquelas que cometeram ou cometem algum ato de infração -, fizemos visitas em seis regiões do estado: na região sul, em Criciúma; na região do vale do rio Itajaí, em Itajaí; na região norte, em Joinville; na região serrana, em Lages; na região do extremo oeste, em Chapecó e em Florianópolis. Foram seis grandes reuniões para identificar como está a aplicação das medidas sócio-educativas, que abrange desde a internação definitiva, as internações provisórias, as famílias substitutas, bem como atendimentos ambulatoriais.

Naturalmente observamos que existe uma deficiência muito grande na parte física. Não há condição, na atual estrutura física, nos prédios do jeito que estão, de um serviço de recuperação que funcione. O governo tem consciência disso e está fazendo as adequações necessárias gradativamente. Por exemplo, o São Lucas, em São José, foi derrubado por inteiro já no primeiro ano do governador Raimundo Colombo, agora está pronto, mas não está funcionando ainda porque faltou fazer concurso para a contratação de pessoal técnico para administrar aquele educandário. Demorou dois anos para ser construído, e poderiam neste tempo ter elaborado um concurso, mas como não foi feito, será realizado, agora, em breve, e que seja dentro das normas previstas.

Em Lages, está para ser construído um novo educandário. O educandário de Joinville está pronto, faltam algumas adequações para começar a funcionar. Em Chapecó vai ser construído um novo. Em Criciúma também. Enfim, temos conhecimento de que a estrutura física precisa ser adequada. A estrutura funcional, que é a contratação de pessoal técnico, também é importante e está deficiente.

Esse relatório que apresentamos aos parlamentares também foi levado ao governador do estado justamente para que tome as providências e venha a fazer essa adequação. Mas o que mais falta, além dessa estrutura física e da parte funcional na aplicação das medidas - e por isso é deficiente o serviço de correção -, é que não temos paralelamente a isso uma política pública para atender as crianças catarinenses.

O que fazem as crianças de Santa Catarina no contraturno escolar? Por quatro horas estão na escola e depois estão em casa assistindo televisão ou brincando na rua, quando essa permite. Então, é importante haver uma política no sentido de se fazer esse atendimento, trazendo uma atividade de entretenimento a todas as crianças, que seja de fato um instrumento para a complementação da educação que acontece na família, porque hoje os pais trabalham fora e as crianças acabam ficando abandonadas. Então, o governo poderia ter uma política pública para atender essas crianças.

Então, o que podemos fazer? A comissão, ontem, inclusive, com a presença dos demais deputados e deputadas, traçou que para os próximos 15 dias estaremos articulando com a Escola do Legislativo para participar da capacitação dos gestores do FIA, Fundo da Infância e do Adolescente, que, praticamente, existe em todos os municípios, porém não está sendo utilizado. Esse curso de capacitação para os gestores é para ensinar como estimular os empresários a contribuir, mas muito mais do que isso, a dar um bom destino a esse recurso e para que esse bom destino contribua que novos empresários, novas pessoas venham a contribuir.

Esse curso de capacitação seria orientado para os membros do Conselho da Criança e Adolescente que existe em cada município, para os membros dos conselheiros tutelares, para as ONGs, para as entidades, para as igrejas, para clubes de futebol, enfim, todos que possam participar desse programa, justamente para entenderem como podem usar os recursos disponíveis hoje, previsto na lei, e que gere uma parte para a política de

atendimento à criança e ao adolescente. Que esse entretenimento através do esporte, da cultura, do lazer, da música possa ser uma complementação.

Por isso, conclamo aos nobres pares para que cada um, este ano, ao declarar o seu Imposto de Renda destine 3% para a esse investimento.

A Receita Federal permite que na hora da declaração o cidadão possa doar 3% ao FIA da sua cidade ou do estado. Tenho certeza de que se destinarmos 3% da receita do ano passado ao FIA estaremos fazendo uma caravana para aproveitar bem esse recurso, oportunizando aos jovens, às crianças, desenvolverem a complementação da educação que já recebem em casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0021/2014 e 0598/2013 e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o art. 143, e seus §§, do Regimento Interno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0086/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0087/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0088/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0142/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0143/2014, 0144/2014, 0145/2014, 0146/2014, 0147/2014 e 0148/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0148/2014, de autoria do Silvio Dreveck, a ser enviada aos ministros da Fazenda, das Comunicações e ao coordenador do Fórum

Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando para que sejam revistas as disposições previstas para o Leilão 4G, determinando metas de cobertura às operadoras de telefonia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, para discutir, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, fizemos essa moção assinada por todos os membros da CPI, os líderes das bancadas, porque é uma moção apartidária.

E um novo leilão acontecerá em agosto, o qual está gerando uma polêmica porque o ministro da Fazenda quer fazer no modelo arrecadatório, ou seja, sem metas de cobertura.

Nós acabamos de trabalhar numa CPI que resultou nesse termo de compromisso exatamente pela falta de metas de cobertura. Agora, conseguimos que a empresa vencedora realize essa expansão em Santa Catarina, dando a cobertura aos municípios.

Então, o nosso apelo é para que esse modelo que não tem metas seja conduzido ou dado sequência pelo governo federal. Agradeço a assinatura e peço a aprovação aos demais colegas deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0021/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o novo acesso ao município de Bombinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o sr. deputado José Milton Scheffer.

(Pausa)

O deputado José Milton Scheffer não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu só gostaria que ficasse registrado que o jornal Notícias do Dia está completando oito anos de trabalho, prestando informações à sociedade catarinense.

Por isso, a nossa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns ao Grupo RIC, ao Marcelo Petrelle e a todos os jornalistas que fazem o jornal Notícias do Dia.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar a presença honrosa do nosso ex-presidente, nosso ex-deputado Gilson dos Santos, que deveria ter uma cadeira cativa, porque, sem dúvida, foi um dos grandes parlamentares desta Casa.

Tenho a honra de dizer que ele sempre foi o meu líder, com quem aprendi muito aqui.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, escutei, no dia de hoje, vários pronunciamentos nesta Casa sobre a preocupação com o movimento de alguns segmentos de servidores públicos que estão em busca de melhorias salariais.

Quero dizer que esta Casa sempre esteve aberta ao diálogo, sendo sempre parceira dos servidores públicos, intermediando junto ao Executivo. E dessa forma estamos trabalhando e agindo, não apenas eu, mas vários deputados, mais especialmente eu, como no caso dos servidores da Fatma, com quem tenho relacionamento de parceria há muitos anos. Vejo, realmente, a preocupação desses servidores.

Só para v.exa. ter ideia, no último concurso adentraram vários servidores, mas 50% pediram demissão, fizeram outros concursos e foram para outros estados por causa da questão salarial.

Então, é preocupante, é necessário abrirmos o diálogo para que haja, o mais rápido possível, o entendimento. E como existe o prazo eleitoral, e se não me engano temos até o dia 04 de abril para aprovar matérias de reajuste salarial, penso que é muito importante fazermos esforços e abrirmos um canal de comunicação junto ao Executivo, para os vários setores que estão pleiteando melhorias salariais, para que possam ser atendidos.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu tive a oportunidade de fazer um comparativo da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. É um disparate sem precedentes, porque lá cada instituição tem mais de 1.500 mil funcionários e nós aqui temos apenas um pouco mais de 300 funcionários. E se não bastasse isso, como já disse o deputado Gilmar Knaesel, 49% dos funcionários que fizeram concurso

declinaram da condição e entraram na iniciativa privada. Então, é um problema sério que temos. São milhares de processos represados. Portanto, é humanamente impossível suprir uma demanda com esse número de efetivos que temos hoje na Fundação do Meio Ambiente do nosso estado.

Por isso, é preciso que o governo encaminhe o mais rápido possível essa medida provisória para que se possam abrir os debates, fazer as ações complementares, para que possamos regularizar a situação tão pertinente e necessária para o estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Esta Presidência registra a presença do vereador do município de Araranguá, sr. Arilton de Souza Costa.

Seja bem-vindo a esta Casa.

Sr. deputados, não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para dia 17, segunda-feira, às 19h, em Comemoração à Campanha da Fraternidade de 2014.

Está encerrada a presente sessão.